|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Logo município | **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****DECRETO MUNICIPAL Nº XXX/2018 E Nº XXX/2021** ***CHECK LIST*** **LICENCIAMENTO ORDINÁRIO** | Identificação do ServidorCarimbo e Assinatura |
| **EMPRESA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****CÓD. ENQUADRAMENTO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE PARA CONSTAR NA LICENÇA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**COORDENADAS UTM:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (SIRGAS2000)**PROC. ANTERIOR (se existir): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ÓRGÃO: ( ) MUNICÍPIO ( ) IDAF ( ) IEMA** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS** | **CONF.** | **PÁG.** |
| 01 | Formulário de requerimento de licença devidamente preenchido e assinado/rubricado em todas as folhas. |  |  |
| 02 | Cópia autenticada do Instrumento Particular de Procuração com **firma reconhecida,** detalhando todos os direitos outorgados aos procurados (as).**OBS:** O reconhecimento de firma poderá ser feito pelo agente administrativo municipal, seguindo os dispostos nos incisos I e II do Art. 3º da Lei 13.726/2018. |  |  |
| 03 | Estudos e/ou projetos pertinentes à atividade (definidos pelas Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente). Sempre que houver a inclusão de relatório fotográfico, mapas, gráficos, etc., estes deverão ser **coloridos, com fotos georreferenciadas** e em escala compatível para análise, demonstrando todos os controles ambientais da atividade. |  |  |
| 04 | Para intervenção ou ocupação em Área de Preservação Permanente (APP), nos casos previstos na Lei Federal n° 12.651/2012, apresentar proposta de Medida Compensatória pelos danos não mitigáveis e comprovação de inexistência de alternativa locacional. |  |  |
| 05 | Conforme atividade e fase que o empreendimento se encontra, deverão ser apresentados os documentos relacionados às autorizações de outros órgãos, por exemplo: Anuência do DER-ES/ DNIT para ocupação de faixa de domínio; Laudo de Constatação/ Informação de Corte do IDAF; Alvará do Corpo de Bombeiros, para casos aplicáveis, entre outras autorizações relacionadas à execução da atividade. |  |  |
| 06 | Cópia autenticada do **Termo de Anuência** assinado, com firma reconhecida pelo proprietário do solo, na qual conste seu uso atual e uso futuro e a permissão para recuperação de áreas degradadas, compensações ambientais, área de empréstimo, área de bota-fora, quando estes não forem de propriedade do requerente. |  |  |
| 07 | **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**, dos profissionais habilitados responsáveis pela elaboração dos estudos ambientais e/ou dos projetos, devidamente assinada pelo técnico, representante legal e datada. **OBS:** O texto da ART deve fazer menção ao serviço pelo qual profissional está se responsabilizando. |  |  |
| 08 | Cópia da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal que assinar o requerimento (se for por procuração, com firma reconhecida, deverá ser apresentada original e cópia). |  |  |
| 09 | No caso de Pessoa Jurídica:a) Cópia do cartão de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);b) Cópia do Contrato Social e última alteração contratual ou documentação equivalente em casos específicos de outros atos constitutivos. |  |  |
| 10 | Certidão Negativa de Débitos (CND) Municipal. |  |  |
| 11 | Manifestação do representante local responsável pelo saneamento quanto à viabilidade de atendimento ao empreendimento quanto ao abastecimento de água e à coleta, tratamento e disposição final de efluentes. Caso o empreendimento já esteja em funcionamento, apresentar conta emitida pela concessionária referente ao fornecimento de água e tratamento de esgoto em nome do requerente ou apresentar comprovante de vínculo entre requerente e titular da conta (contrato de locação, certidão de casamento, etc.). |  |  |
| 12 | Se aplicável, cópia do protocolo de requerimento ou certidão de dispensa, portaria de outorga ou do cadastro de uso de água subterrânea, caso realizem intervenções em recursos hídricos, tais como captação, barramento e lançamento, dentre outros legalmente previstos, conforme resoluções e instruções normativas vigentes. |  |  |
| 13 | Cópia do comprovante de Posse ou Arrendamento ou Locação do Imóvel. |  |  |
| 14 | No caso de empreendimento localizado em Área Rural, apresentar Cadastro Ambiental Rural (**CAR**) ou comprovante de solicitação de Inscrição no mesmo.OBS: também deve ser apresentado o CAR de áreas secundárias envolvidas em quaisquer etapas do processo de licenciamento (PRAD, bota-fora, área de empréstimo, etc.) |  |  |
| 15 | Caso a atividade possua Licença Ambiental anterior (municipal ou estadual), deverá ser apresentada cópia desta, acompanhada de suas condicionantes e relatório do cumprimento das mesmas. |  |  |
| 16 | Para atividades de extração mineral: Publicação no Diário Oficial da União (DOU) do Registro de Licença ou do Registro de Extração; ou Declaração ou Ofício de Aptidão emitido pela Agência Nacional de Mineração (**ANM**), para viabilidade da emissão do título minerário. |  |  |
| 17 | Em casos de atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 001 de 25 de março de 2015 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (**IPHAN**), deverá ser apresentada a **manifestação conclusiva favorável** emitida pelo referido órgão. |  |  |
| 18 | Manifestação de Conformidade para funcionamento da atividade pleiteada quanto às normas de Uso e Ocupação do solo emitida pela Prefeitura Municipal. |  |  |
| 19 | Formulário de enquadramento devidamente preenchido e assinado pelo interessado e pelo servidor público. |  |  |
| 20 | Original ou cópia do comprovante de pagamento da taxa de licenciamento ordinário conforme enquadramento. |  |  |
| 21 | Cópia da publicação do requerimento de licença em jornal oficial e em jornal de grande circulação local/regional ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental, quando houver. |  |  |